



CAPES SOBE NOTA DE 33% DOS PROGRAMAS DA PÓS-GRADUAÇÃO

Página 5



INTACTA

> Alvo preferencial da tentativa frustrada de golpe do dia 8 de janeiro, a Justiça brasileira, simbolizada pelo STF, parece blindada contra atos antidemocráticos. Especialistas da UFRJ analisam as medidas adotadas e apontam em que crimes os golpistas podem ser enquadrados. PÁGINA 3

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Nós estamos começando um novo momento. Eu sei do obscurantismo que vocês viveram nesses últimos quatro anos. E eu quero dizer que estamos saindo das trevas para voltar à luminosidade de um novo tempo. Vocês precisam saber que o encontro com vocês é o encontro da civilização?

As palavras são do presidente Lula, nesta quinta-feira (19), em encontro com cerca de cem dirigentes de universidades e institutos federais de ensino, no Palácio do Planalto. Na reunião, o presidente reafirmou seu compromisso com a autonomia das universidades: "Não pensem que o Lula vai escolher o reitor que ele gosta. Quem tem que gostar do reitor são os professores da universidade, são os funcionários da universidade. É a comunidade universitária que tem que saber quem é que pode administrar bem. Isso posso garantir para vocês: vocês vão ter".

Depois de quatro anos de perseguição e obscurantismo — marcas do nefasto projeto de destruição da Educação do governo Bolsonaro —, os primeiros movimentos do governo Lula são alvissareiros. A ascensão de profissionais ligados às áreas de Ciência e Educação a postos-chave do novo governo nos dá a esperança de um novo tempo. Nesta mesma quinta-feira, o físico Ricardo Galvão, ex-diretor do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi anunciado como novo presidente do CNPq.

Galvão veio se juntar a nomes como o da ex-reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, que assumiu a Secretaria de Ensino Superior do MEC com o compromisso de restaurar pautas com a autonomia universitária e a assistência estudantil. Ela já recebeu do ministro da Educação, Camilo Santana, a garantia de investimentos em programas criados durante as gestões do PT, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos. Outros dois compromissos defendidos por Denise no campo do ensino superior são a retomada de obras paralisadas, muitas delas concebidas no âmbito do Reuni, programa de expansão das universidades lançado em 2007, e a consolidação da lei de cotas. Tanto o Reuni quanto as cotas sofreram forte oposição do Andes, nosso sindicato nacional. Em revisão de sua posição equivocada do passado, de uns tempos para cá, o sindicato passou a defender as cotas. Sob a inspiração desses novos ares, nossa matéria da página

5 mostra que, apesar dos ataques ininterruptos do governo Bolsonaro, as universidades souberam resistir — e até avançar. De acordo com a Avaliação Quadrienal da Capes (2017-2020), divulgada no fim de dezembro, dentre os 125 cursos de pós-graduação da UFRJ, 33% aumentaram as notas e 60% mantiveram os índices em relação ao ciclo anterior. Segundo a pré-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2), mais de 60% dos cursos estão com notas 5, 6 e 7. É uma notícia e tanto.

Outras três matérias desta edição abordam conquistas e avanços da UFRJ. Na página 6, o tema é uma parceria entre a Prefeitura de Macaé e o Nupem/UFRJ que vai propiciar a expansão das atividades de pesquisa e ensino do instituto, incluindo a formação continuada de professores que poderão atuar no Ensino Fundamental e Médio de toda a região Norte Fluminense. O processo de reconstituição e ampliação do acervo do Museu Nacional é o assunto de nossa matéria da página 7: o museu acaba de receber em doação fantasias e adereços do desfile campeão de 2022 da escola de samba Grande Rio, que vão compor a coleção do Laboratório de Antropologia do Lúcido e do Sagrado. Já na página 8, abrimos o belo catálogo de aves que frequentam o Morro da Conceição, trabalho conjunto do Observatório do Valongo e da Escola de Belas Artes.

O tema da matéria da página 4 é mais uma bomba-relógio deixada pelo governo Bolsonaro — mas que está prestes a ser desarmada: uma portaria do Ministério da Economia, publicada nos últimos dias de dezembro, que cria dificuldades à movimentação de pessoal na administração federal. O Ministério da Gestão — sob a batuta de outro nome egresso da UFRJ, o da professora Esther Dweck — já está debruçado com prioridade sobre a arapuca.

E, finalmente, nossa matéria de capa, na página 3, acompanha o desenrolar das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado perpetrada por bolsonaristas em 8 de janeiro. Ouvimos especialistas em Direito da UFRJ para avaliar em que crimes podem ser enquadrados os agentes, financiadores, incentivadores e planejadores dos atos golpistas. O momento não poderia ser mais oportuno. Nesta semana, começaram a ser presos os primeiros financiadores do golpe frustrado, e o Ministério da Justiça anunciou a preparação de um pacote de medidas para ser apresentado ao presidente Lula até o dia 23 com o objetivo de endurecer a punição para quem praticar atos antidemocráticos. Depois de receber o pacote do ministro Flávio Dino, caberá a Lula decidir se levará adiante ou não as propostas, que necessitam de referendo do Congresso.

São mesmo novos ares.

Boa leitura!

TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA DO CT CRITICAM EMPRESA NOVA

Terceirizados da limpeza do Centro de Tecnologia denunciaram à Pró-reitoria de Governança (PR-6) as péssimas condições de trabalho oferecidas pela empresa Van Rosa Prestação de Serviços Ltda. Em reunião realizada na manhã desta quinta-feira (19), os profissionais reclamaram ao pró-reitor André Esteves da falta de equipamentos e insumos e, principalmente, dos maus tratamentos praticados pelo supervisor. De acordo com relatos dos trabalhadores, os que questionam o representante da Van Rosa — firma que assumiu a limpeza do CT no início de dezembro — são perseguidos e demitidos, mesmo com anos de casa por outras empresas.

Diretora da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ, Waldinéia Nascimento afirmou nunca ter visto um caso assim desde a criação da entidade, em 2015. "A opressão é tão grande que eles mesmos resolveram se mobilizar. Só



estamos aqui para dar suporte", disse.

Após ouvir uma comissão dos terceirizados, o pró-reitor respondeu que já existe um processo contra a empresa, solicitando a substituição do supervisor e melhores condições de trabalho. "Lamento profundamente. Estes relatos mexem com a gente", disse. O dirigente não descarta a rescis-

mentos de proteção individual e muitos casos de assédio moral", disse. "Temos de revogar este contrato e fazer uma nova licitação ou contratar a segunda colocada da licitação anterior", completou.

ENCAMINHAMENTOS

Na parte da tarde, em reunião entre a empresa, a pró-reitoria de Governança e a ATTUFRJ, a Van Rosa teria informado que vai substituir o polêmico supervisor, segundo Waldinéia. Um novo encontro entre as partes está marcado para a próxima semana.

A reportagem tentou ouvir a Van Rosa sobre as reclamações dos trabalhadores. Por telefone, uma pessoa que se identificou como Jessica Rosa, gerente, afirmou que a empresa já está tratando do assunto diretamente com a reitoria da universidade e que não daria declarações ao jornal.

(Kelvin Melo)

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO

-  IBEU
-  CLUB PET
-  MAPLE BEAR TIJUCA
-  MIT CUIDADORES
-  ACADEMIA TIJUCA FIT
-  MADONA CLINIC
-  PSICARE PSICARE
-  FISIOTERAPIA RJ LTDA
-  CRECHE AMANHECENDO
-  CRECHE ESCOLA RECRIAR
-  CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS
-  ROÇA URBANA ORGÂNICOS
-  JC LUZ CORRETORA
-  FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL
-  BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS
-  MACAÉ ESCOLA ALFA
-  CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL
-  HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR
-  MAIS FITNESS ACADEMIA
-  CORPUS CENTRO DE QUALIDADE
-  RIO DE JANEIRO E MACAÉ INSPIRE ENERGIA SOLAR
-  KALUNGA PAPELARIA
-  DROGARIA RAIA

Contra os articuladores do golpe, a mão forte da lei

> Na semana em que o governo federal prepara legislação mais rigorosa para punir responsáveis por atos antidemocráticos, docentes da UFRJ avaliam a que crimes os golpistas podem responder

FRANCISCO PROCÓPIO
comunica@adufjr.org.br

Dez dias após a tentativa frustrada de golpe de 8 de janeiro, boa parte dos envolvidos nos ataques vai sendo identificada e presa, desvendando uma rede criminoso que vai desde as pessoas que atacaram fisicamente os Três Poderes até as forças de segurança que se omitiram, os mentores e os financiadores da empreitada. Até agora, 354 pessoas estão presas preventivamente e outras 220 tiveram liberdade provisória decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Esta semana, a Polícia Federal deflagrou a Operação Ulysses, em busca dos líderes e financiadores dos atos de 8 de janeiro. Três



LUIGI BONIZZATO
Professor de Direito Constitucional da FND

Do ponto de vista técnico, se você tem um ataque à democracia, sobretudo ao que chamo de nossas macro-instituições, nossos Três Poderes, acho que o presidente escolheu certo pela intervenção federal, dentro das suas prerrogativas constitucionais. E passou pelo crivo da Câmara dos Deputados. Talvez tenha sido a menos gravosa para a sociedade brasileira, assusta menos que um estado de defesa ou um estado de sítio. E foi decretada em apenas uma área, a da Segurança Pública do Distrito Federal, como foi feito anos atrás no Rio de Janeiro (no governo do ex-presidente Michel Temer).

No caso do Supremo Tribunal Federal, ele é regido pelo princípio da inércia, só pode se mover se for provocado. Pode acontecer em um ato que a gente chama de ofício. Um ministro toma uma decisão sem a necessidade de um pedido da parte, mas esse ato tem que ocorrer em conformidade com as normas processuais. Em relação aos atos de 8 de janeiro, isso foi feito com os todos os presos em flagrante.

Sobre a possibilidade de enquadramento dos presos por crime de terrorismo, temos que avaliar a lei 13.260, de 2016. O objetivo dela foi regulamentar o artigo quinto, inciso 43, da Constituição. Esse artigo estabelece que são considerados crimes inafiançáveis e não suscetíveis de graça ou anistia a prática



CAROLINA CYRILLO
Professora de Direito Constitucional da FND

Juridicamente, até o momento, não é possível falar no enquadramento em crime de terrorismo. Retoricamente pode se falar em terrorismo, mas quem é técnico, como eu, não pode usar essa nomenclatura. O crime, até agora apurado, é de abolição violenta do Estado Democrático de Direito previsto no artigo 359 - L do CPP. O governo federal agiu corretamente. A intervenção na Segurança Pública do DF foi a medida mais adequada até o momento, ativando as forças de segurança

da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos. O artigo segundo da lei 13.260 diz que o terrorismo consiste na prática, por um ou mais indivíduos, dos atos previstos no artigo em razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio e paz pública.

Veja: por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça. Aqui eu trago um ponto de interrogação. Eu acho que a gente tem que ter muito cuidado para aplicar a lei a essa ideia de terrorismo. A gente tem que ver se a causa ensejadora foi xenofobia. Ou então preconceito de raça ou religião. O terrorismo pode ser enquadrado desde que na presença dos pressupostos que estão aqui. Eles tinham a finalidade de provocar terror social? Realmente eles tinham. Alguém se enquadrava especificamente no que estabelece a lei? Vamos ter a possibilidade de verificar isso respeitando o devido processo legal, entender se estamos diante de uma prática terrorista.

Há também a lei do Estado Democrático de Direito, que traz uma série de edificações para crimes contra a soberania nacional. Os atos podem ser mais facilmente enquadrados nessa lei.

Temos que ser muito criteriosos. Antes de dizermos "olha, fulano cometeu uma prática terrorista", eu acho que temos de ver o que a lei diz. Qual foi a razão do crime? O que deu causa a ele? Se foi xenofobia ou discriminação de raça, a gente consegue enquadrar. Mas o ordenamento jurídico está aí para ser respeitado, assim como o devido o processo legal. Eu evito aqui qualquer tipo de posição política de minha parte.



ANTONIO SANTORO
Professor de Processo Penal da FND

O governo federal não precisaria tomar nenhuma medida se a Procuradoria-Geral da República tivesse tomado tempestivamente as medidas necessárias. Porque essa não é efetivamente uma tarefa do Poder Executivo. Por outro lado, diante da omissão do procurador-geral da República, ou ao menos uma demora demasiada para tomar atitudes, então o governo federal tomou as medidas adequadas.

A verdade é que Bolsonaro já devia estar sendo investigado. Não entro no mérito se já há motivo para prendê-lo, acredito até que juridicamente não, mas para investigar obviamente há. Então a gente tem aí mais uma demora demasiada da PGR. Em relação às decisões do Alexandre de Moraes, são decisões corretas. Está claro para mim que todas essas pessoas que invadiram a Praça dos Três Poderes atentaram contra o Estado Democrático de Direito, tentaram praticar um golpe de Estado. E eu não vou nem falar do dano ao patrimônio público, porque, embora seja relevante, me parece estar absorvido por crimes maiores.

Eles estavam em flagrante e há motivos para que sejam presos preventivamente. Já até passaram pela audiência de custódia. As investigações demonstram que o movimento era articulado e que não foi

nacionais e conseguindo apoio de todos governadores. As ações do Alexandre de Moraes foram duras, mas estão no âmbito de discricionariedade possível numa leitura do Código de Processo Penal, principalmente o afastamento temporário do governador do DF.

Duvido que alguém seja enquadrado em terrorismo pois falta o elemento previsto na lei de terrorismo que é a motivação por racismo, xenofobia etc. Os parlamentares envolvidos devem

responder criminalmente e também ter o mandato cassado.

Sobre Bolsonaro, o PGR já pediu a inclusão dele no inquérito. Pode ser preso e, se condenado, pode perder direitos políticos. Também pode ficar inelegível por questões eleitorais por causa daquela "minuta do golpe". Os golpistas foram contidos, presos e as instituições não pararam de funcionar. Acho que inclusive estão fortalecidas e com mútuo apoio.

um rompante da multidão. As omissões de certas autoridades também devem ser compreendidas, investigadas e punidas caso a caso. Do secretário de Segurança do Distrito Federal e de boa parte da cúpula da Segurança, porque obviamente não tomaram as medidas preventivas a fim de evitar o que aconteceu. E me parece uma omissão dolosa, mas aí a investigação é que irá revelar.

A ação de busca e apreensão na casa do secretário de Segurança que não estava no Brasil encontrou uma minuta de intervenção no TSE. Há motivos suficientes para a prisão preventiva. Ele disse que era para ter jogado fora a minuta. Interessante porque jogar fora uma minuta que constitui uma prova é motivo de prisão, portanto até a própria declaração dele que ele iria jogar fora enseja uma prisão preventiva.

O afastamento do governador do Distrito Federal do cargo também está correto, tem previsão legal no artigo 319 do Código de Processo Penal. Minha única ressalva é que me parece sinceramente que houve demora demasiada na atuação da PGR. Aliás, é importante deixar claro que foi uma demora do procurador-geral, porque os próprios procuradores enviaram ofício ao chefe se posicionando e cobrando uma atitude. Então não é adequado generalizar para todo o Ministério Público Federal, mas especificamente para o procurador-geral da República.

Qualquer articulador ou financiador é tão autor quanto qualquer um que tenha tentado fisicamente o golpe. Eles são tão golpistas quanto. É o crime de golpe de Estado, previsto no Código Penal. Possivelmente tenham pena agravada por serem mentores ou financiadores.

‘Bomba-relógio’ de Paulo Guedes afeta servidores

> Norma publicada no final de dezembro cria mais impedimentos para a redistribuição de pessoal da administração federal. Advogados apontam ilegalidades e abaixo-assinado pede revogação

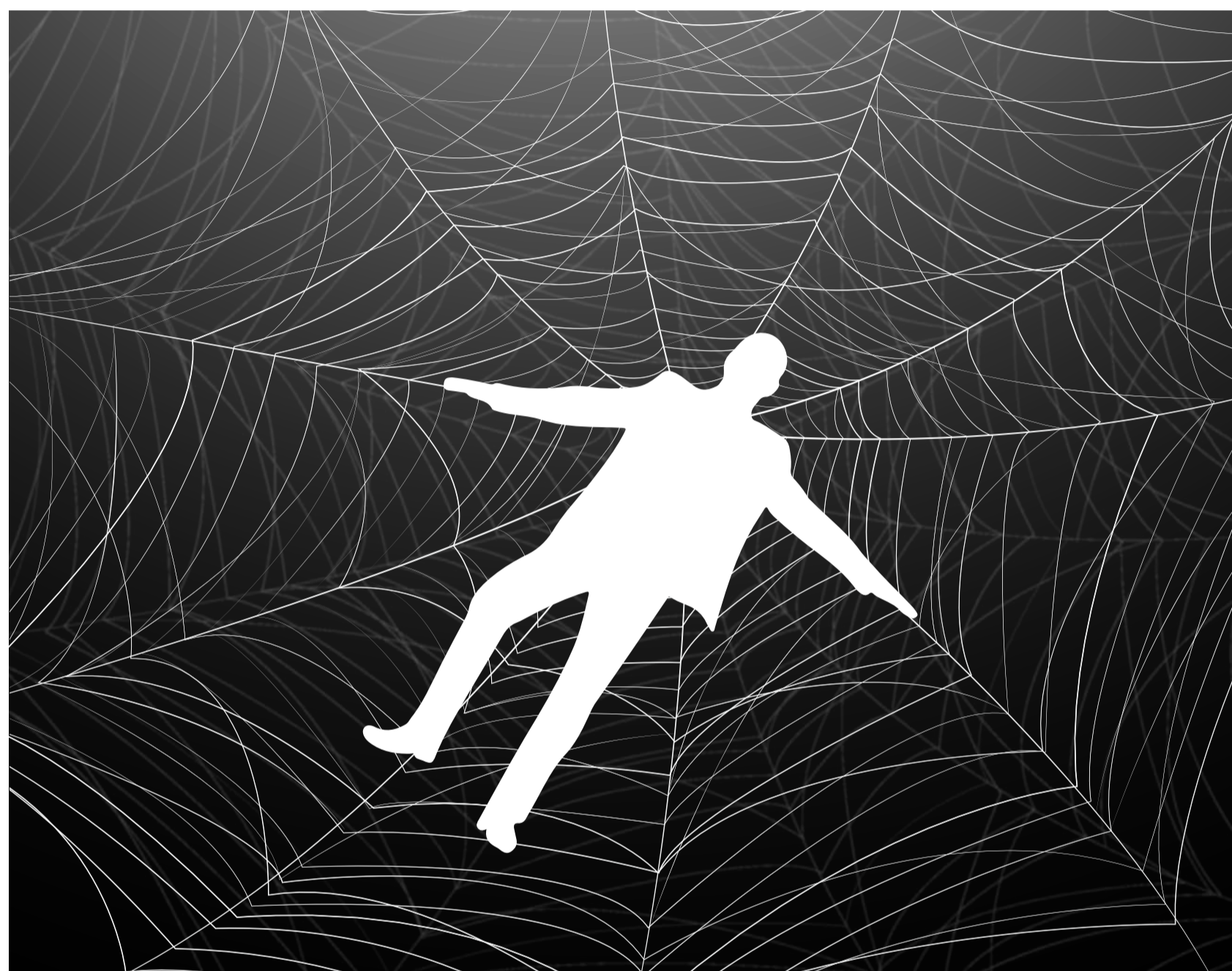
SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Eleitos como inimigos do governo anterior, os servidores públicos federais e as autarquias receberam um último ataque no apagar das luzes da gestão Bolsonaro. O Ministério da Economia de Paulo Guedes — aquele mesmo da granada no bolso dos servidores — publicou a Portaria 10.723/2022, em 21 de dezembro, que limita a movimentação e redistribuição de docentes, técnicos-administrativos e pessoal de outras carreiras do funcionalismo. O texto cria empecilhos além das restrições regulamentadas por lei para autorizar a movimentação dos servidores. Justamente por isso, é considerado ilegal por assessorias jurídicas e entidades representativas de classe.

Ana Luísa Palmisciano, advogada da AdUFRJ, avalia que a portaria ultrapassa os limites da lei. “As restrições que não estão previstas na legislação são ilegais e podem ser impugnadas”, afirma. “Se algum professor tiver um pedido de redistribuição negado por fundamentos previstos nesta portaria, mas não especificados em lei, deve procurar auxílio jurídico do sindicato”, orienta.

A lei que regulamenta o quadro de pessoal do Regime Jurídico Único (RJU) é a 8.112/1990. É onde estão previstas as regras para o deslocamento de servidores públicos federais, dentre as quais: interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção das atribuições do cargo. A portaria, no entanto, acrescenta algumas proibições. Servidores em estágio probatório são impedidos de ser redistribuídos, assim como aqueles que já tenham sido movimentados nos últimos cinco anos. O texto também impede a redistribuição de pessoal do quadro em extinção da União e de cargos enquadrados em planos de carreiras diferentes. Essas imposições não estão previstas em lei.

Bruno Moreno, também do corpo jurídico da AdUFRJ, destaca que a portaria viola o princípio da “legalidade estrita”. “Você só é obrigado a fazer algo por previsão de lei. No mínimo, uma lei ordinária. Uma portaria não tem força de lei”, explica. O advogado afirma, ainda, que outro princípio é violado pela portaria. O da separação de



Poderes. “Ao ampliar restrições para além do que determina a lei, a portaria fere o Poder Legislativo. Isso também torna a portaria inconstitucional”, argumenta.

A assessoria jurídica do Andes emitiu parecer na última quarta-feira, dia 18, em que aponta a ilegalidade do texto do Ministério da Economia. “Portaria é peça de ato meramente administrativo. Uma portaria não poderia criar direitos ou obrigações que não estão previstas em lei, conforme ocorre no caso em análise”, diz trecho do documento.

O advogado Leandro Madureira, do Sindicato Nacional, orienta que os professores que forem atingidos e prejudicados pela portaria procurem as associações docentes em suas universidades. Os casos deverão ser analisados individualmente.

Outra entidade que se manifestou contra a portaria foi o Sindicato Nacional de Servidores Federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (Sinasefe). A diretoria considera a norma “autoritária e impositiva”. A assessoria jurídica do Sinasefe recomenda que a diretoria proponha a revogação da portaria ou dos artigos que



Você só é obrigado a fazer algo por previsão de lei. No mínimo, uma lei ordinária. Uma portaria não tem força de lei”

BRUNO MORENO
Advogado da AdUFRJ

ferem a legislação vigente.

Outro ponto polêmico da portaria trata dos procedimentos após autorizada a distribuição. Um deles determina que o servidor continue “exercendo suas atividades no órgão de origem até a sua entrada em efetivo exercício no órgão ou entidade para o qual seu cargo foi redistribuído, sob pena de perda da remuneração”. Entidades de classe consideram a norma abusiva, pois um servidor redistribuído para outro estado

não conseguirá cumprir esta determinação. “O dispositivo destoa da previsão legal no sentido de que o servidor possui o prazo de, no mínimo, 10 dias e, no máximo, 30 dias contados da publicação da portaria para apresentar-se na nova sede”, destaca o parecer do Sinasefe.

#REVOGAJÁ

Uma petição online, com 4.500 assinaturas (acesse: <https://bit.ly/3IWw17V>), também pede aos novos ministros de Estado do governo Lula, a legisladores e parlamentares que revoguem a Portaria 10.723/2022. Os argumentos defendidos são os mesmos apontados pelos advogados ouvidos pela AdUFRJ.

O texto também denuncia que algumas instituições federais de ensino têm indeferido ou arquivado processos administrativos de redistribuição de pessoal que já estavam em andamento antes da publicação da norma. “Processos administrativos de redistribuição abertos até 20 de dezembro de 2022, véspera da publicação da Portaria nº. 10.723, não podem ser alcançados por regras novas, publicadas depois, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei”, diz a petição.

O advogado Bruno Moreno, no entanto, considera esse argumento frágil, pois pressupõe que a portaria teria validade. “Se a fundamentação para a negativa da redistribuição for baseada nas proibições da portaria, e não no que diz a lei, ela não tem validade. A motivação, nesse caso, é ilícita”.

A reportagem procurou a Pró-reitoria de Pessoal da UFRJ. A superintendente Maria Tereza Ramos afirmou que a UFRJ já encaminhou processos de redistribuição para o MEC, mas ainda não obteve respostas “nem negativas, nem de publicação”. Ela acredita que a lentidão nesses primeiros dias do ano é natural e se deve, ainda, à transição de governo.

O **Jornal da AdUFRJ** procurou, ainda, as assessorias de imprensa dos ministérios da Economia e da Gestão para saber se há previsão de revogação da portaria. A Economia disse que o tema pertence agora ao recém-criado Ministério da Gestão, que afirmou estar “debruçado sobre o tema, com prioridade, para uma futura decisão”. O ministério, no entanto, não deu prazos e nem indicou que tipo de decisão poderá ser tomada sobre a portaria.



Pós-graduação cresce em qualidade na quadrienal

> Um terço dos programas da universidade teve a nota aumentada após avaliação da Capes. Pró-reitora Denise Freire comemora resultado e elogia esforço da comunidade acadêmica

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

A UFRJ alcançou um ótimo resultado geral na Avaliação Quadrienal da Capes (2017-2020), divulgada no fim de dezembro. Entre os 125 cursos de pós-graduação da instituição, 33% aumentaram as notas e 60% mantiveram os índices em relação ao ciclo anterior, informou a pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2) em seu site. Hoje, 38% dos programas estão classificados como 6 ou 7, o máximo que pode ser alcançado. “Estamos com mais de 60% dos cursos com notas 5, 6 e 7. Alguns pularam dois níveis, de 4 para 6 ou de 5 para 7”, comemorou a pró-reitora, professora Denise Freire.

A velocidade com que a pós da universidade se organizou durante a pandemia foi um dos fatores que contribuíram para este desempenho, na avaliação da dirigente. “O papel da PR-2 e do CEPG (Conselho de Ensino para Graduados) foi crucial. Poucos dias depois da suspensão das atividades presenciais em 16 de março de 2020, já estávamos nos reunindo com os presidentes de câmaras do CEPG para decidir sobre defesas, reuniões do conselho e aulas remotas. A pós da UFRJ foi uma das primeiras a ministrar aulas naquele período. Agimos muito rápido”, afirmou Denise.

O trabalho duro também pesou. “Nossos coordenadores de pós e os professores trabalharam

muito para não deixar os alunos à deriva. Vou dar um exemplo: se precisávamos ir ao laboratório ou fazer um trabalho de campo e não podíamos, criávamos rapidamente alternativas. Vi que isso foi feito em vários programas. As pessoas se reinventaram”, disse a pró-reitora, que fez um destaque especial: “Eu digo que os coordenadores de pós são meus heróis da resistência. Muitos deles não têm sequer secretária. Mas eles trabalharam contra tudo e contra todos. Mantiveram a nau navegando durante a tempestade. Claro que os alunos e professores tiveram um papel fundamental. Mas os coordenadores são os timoneiros do barco. Eu já fui coordenadora e sei como é o esforço para manter a excelência no ensino e na pesquisa”.

A mudança de governo faz a pró-reitora ter uma expectativa positiva para o próximo ciclo. “Houve uma mudança maravilhosa. São pessoas da ciência tanto no CNPq como na Capes. Que sabem o que é universidade, que sabem a importância da pós-graduação e da pesquisa para o desenvolvimento de uma nação. Estou muito mais otimista”, afirmou. Mas é um otimismo sempre com cautela. Para Denise, a próxima avaliação, sobre o período 2021-2024, ainda pode sofrer impacto do período de pandemia e do subfinanciamento das universidades, ciência e tecnologia durante a gestão Bolsonaro.

COMEMORAÇÃO

Alguns programas estão em festa, após chegarem ao topo da classificação nesta última Quadrienal. “Ficamos muito fe-

liz em ver que todo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos foi traduzido na nota máxima da Capes”, observou o professor Anderson de Sá Pinheiro, que coordenou o Programa de Pós-graduação em Bioquímica, do Instituto de Química, de 2019 a 2022. A conquista chegou no mesmo ano que o PPGBq completou seis décadas de existência. “Se nos voltarmos para o passado, observamos uma evolução consistente do Programa. Em 2013, passamos da nota 4 para 6, sendo este um salto bastante significativo. Consolidamos a nota 6 na avaliação seguinte e, ao completarmos 60 anos, alcançamos a nota máxima”, afirmou Anderson. “Merece destaque a atuação dos coordenadores que passaram pelo PPGBq e que conduziram o programa com seriedade e dedicação”.

O professor contou como foi enfrentar o desafio extra do início da pandemia, durante o período avaliado. “O PPGBq, alinhado às recomendações da UFRJ, adotou todas as medidas cabíveis para dirimir os efeitos da pandemia, incluindo a implementação de aulas remotas, além de defesas de teses e dissertações neste mesmo formato”, disse. “Além disso, o programa não se eximiu de sua responsabilidade social ao desenvolver projetos de pesquisa e inovação visando ao enfrentamento da pandemia. Podemos destacar a vacina contra a covid-19 que vem sendo desenvolvida pela docente Leda dos Reis Castilho (da Coppe) e que conta com a participação de discentes do PPGBq”.

O Programa de Pós-Gradua-

ção do Instituto Coppead de Administração também alcançou a nota 7. “O Programa passa a ser o único ligado ao sistema público federal de ensino no Brasil a obter esta pontuação na área de Administração, Turismo e Ciências Contábeis”, informou a diretora da unidade entre 2018 e 2021, professora Elaine Tavares.

“No antepenúltimo quadriênio, estávamos com 4. Na penúltima, pulamos de 4 para 6. Agora, o 7. Não foi uma surpresa, porque a gente trabalhou muito para isso, mas uma satisfação muito grande”, disse. “É um programa que tem um nível de internacionalização muito forte. Sempre tivemos uma atividade de intercâmbio muito grande no mestrado. Mas, em 2015, passamos todas as aulas para inglês. Acho que isso foi bastante determinante”, acredita.

“Muito me orgulha ter um corpo docente e uma equipe de servidores e funcionários que não mediram esforços para, mediante a suspensão das atividades presenciais por conta da pandemia, retomar em 15 dias as atividades didáticas pelo ensino remoto síncrono”, complementou.

A professora chamou atenção para uma mudança na última quadrienal, quando a Capes passou a olhar a excelência dos programas pelo impacto social gerado. “A Capes saiu de uma avaliação que todo mundo perseguia os mesmos indicadores, de padronizar todas as escolas. E começa a ter um movimento de autodesenvolvimento, de desenvolver seu programa de acordo com as especificidades de onde

você está”, disse. “Não dá para traçar os mesmos quesitos de avaliação de uma escola que está no Sudeste com uma que está no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sul. São realidades regionais diferentes, necessidades diferentes de formação de pessoas”.

Por outro lado, o resultado final trouxe alívio para alguns programas. O de Engenharia Mecânica, que sempre ficou com o conceito máximo em todas as avaliações, havia caído para a nota 6, no resultado preliminar, divulgado em setembro. Após recurso, o índice voltou para 7.

No pedido do programa, uma das justificativas para a manutenção da nota máxima foi a mudança de critérios utilizados para a avaliação, durante aqueles quatro anos. O “susto”, porém, acendeu o sinal de alerta para o próximo ciclo. “Já estamos trabalhando para nos adequar a estes novos critérios. E também queremos discutir alguns pontos com os avaliadores”, explicou o professor Fernando Duda, que assumiu a coordenação do programa em 2021.

O docente citou como exemplo o fato de o programa indicar sete teses de doutorado e três dissertações de mestrado ao longo da quadrienal para medir “qualidade e adequação”. “Tivemos o conceito ‘bom’, mas não ‘muito bom’ neste quesito. Mas, para um programa grande como o nosso, talvez esse quesito precise mudar, na opinião de alguns colegas”, afirmou.

Além da Engenharia Mecânica, mais nove programas conseguiram recuperar a nota anterior ou subiram de nível, após recursos.

Parceria com prefeitura vai ampliar atuação do Nupem

> Decreto do prefeito de Macaé torna de utilidade pública área de 13 mil metros quadrados para a expansão do Laboratório de Doenças Emergentes e Negligenciadas e para criação de novos cursos

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

O Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade da UFRJ (Nupem), em Macaé, no Norte Fluminense, acaba de ganhar um incentivo e tanto para a expansão de suas atividades. A prefeitura local, por meio do decreto 04/2023, de 11 de janeiro, declarou de utilidade pública um terreno de 13 mil metros quadrados, contíguo ao Nupem, que será doado ao instituto para a ampliação do Laboratório de Pesquisas de Doenças Emergentes e Negligenciadas e para a criação de novos cursos de graduação.

Segundo a diretora do Nupem, Cintia Monteiro de Barros, a ideia é que o laboratório expandido seja uma referência em diagnóstico avançado na região Norte Fluminense. “É não apenas para covid-19, mas para outras doenças como zika e chikungunya”, diz a professora. A ampliação do laboratório poderá contribuir também para a qualificação continuada de alunos da UFRJ e de outras universidades sediadas na Região Norte Fluminense, nas áreas de Saúde e Ciências Biológicas, propiciando a formação de mais mestres e doutores.

O prefeito de Macaé, Welberth Rezende (Cidadania), acredita que a expansão do Nupem credencie o município a se tornar uma referência em ensino e pesquisa. “Agora é hora de expandir a universidade aqui, é um legado. A ideia do município é desapropriar uma área próxima para avançar e construir mais laboratórios para o Nupem. Tenho certeza de que vamos ter nos próximos anos um mega complexo universitário para atender Macaé e o país”, avalia o prefeito.

NOVOS CURSOS

De acordo com Cintia Monteiro de Barros, a cessão do terreno vai permitir a implantação de novos cursos de graduação, o que é também um desejo da prefeitura. “Hoje nós temos cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas. A ideia é expandir, não só com atividades ligadas ao cuidado com o meio ambiente — e que são a base do surgimento do Nupem —, mas também para áreas do campo da Saúde, como Biologia Molecular, Bioquímica e Morfologia, entre outras”, adianta a professora.



FOTOS: ADUFRJ



PARCERIA A diretora do Nupem, Cintia Monteiro de Barros, e o prefeito de Macaé, Welberth Rezende, selaram acordo para expansão das atividades do instituto, que terá seu Laboratório de Doenças Emergentes e Negligenciadas ampliado e três novos cursos de graduação

A diretora do Nupem diz que sua equipe está trabalhando nos projetos político-pedagógicos de novos cursos de graduação para apresentar ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) e à reitoria da UFRJ. “São cursos de Oceanografia, Biomedicina e Licenciatura Interdisciplinar, este voltado à formação de profissionais que atendam às escolas da região”, diz Cintia.

O curso de Oceanografia trará maior compreensão dos oceanos e da área costeira do Norte Fluminense, explorada pela indústria de petróleo e gás, além de capacitação de profissionais na região. Já o curso de Licenciatura Interdisciplinar terá como foco a melhoria na forma-



A ideia é expandir, não só com atividades ligadas ao meio ambiente, mas também para áreas do campo da Saúde”

CINTIA MONTEIRO DE BARROS
Diretora do Nupem/UFRJ

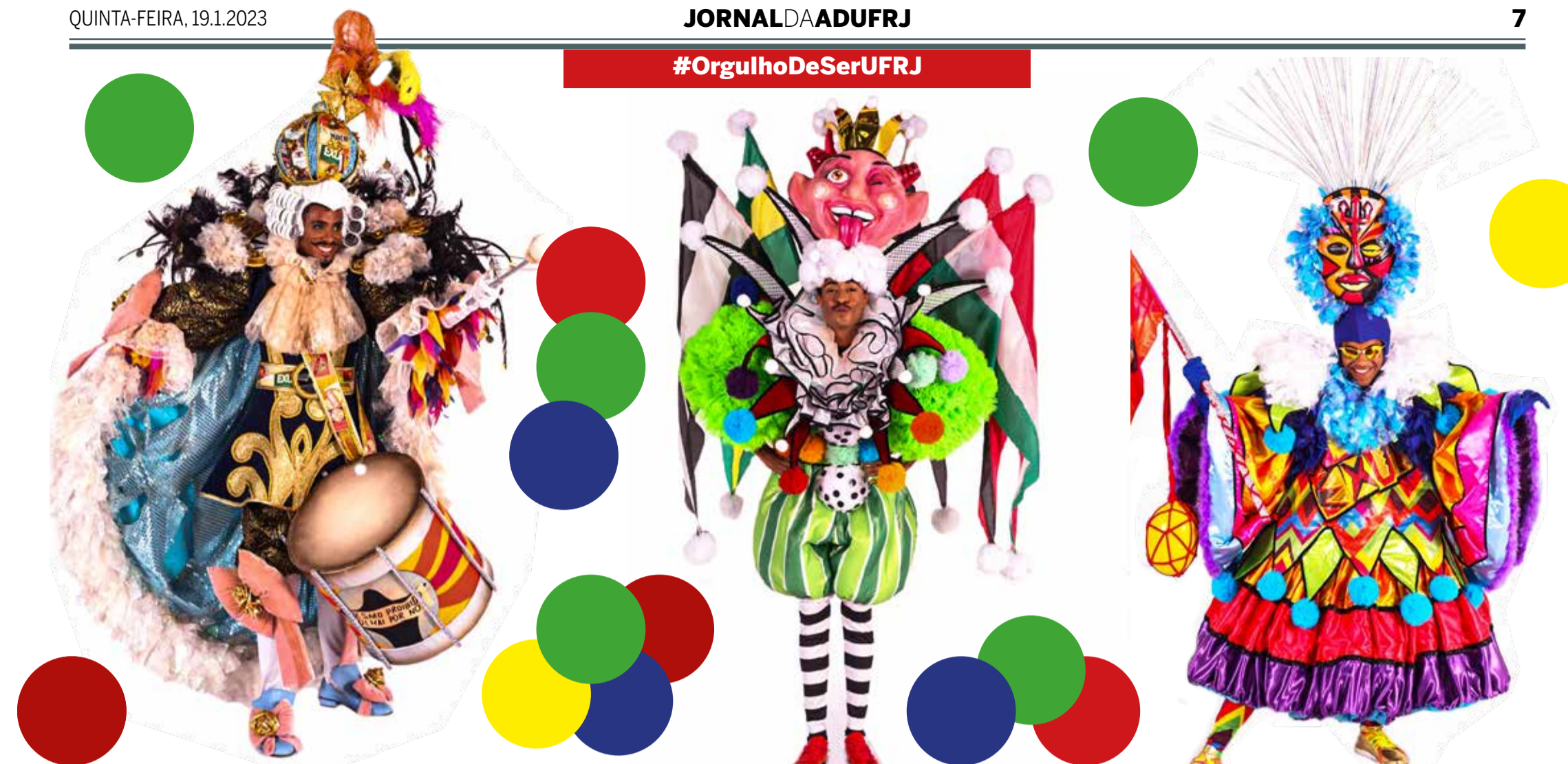
ção de professores, capacitando-os a atuar em escolas de Ensino Médio e Fundamental de todo o Norte Fluminense.

PARCERIA NA PANDEMIA

Cintia Monteiro de Barros lembra que o trabalho em conjunto com a Prefeitura de Macaé se fortaleceu em um momento de alta tensão: a pandemia da covid-19. “Nós estabelecemos naquele momento várias parcerias públicas e privadas, e uma delas foi com a Prefeitura de Macaé, que tinha um centro de testagem. Todas as amostras dos pacientes iam para o Nupem para análise molecular. Isso em uma época em que nem os laboratórios privados

realizavam testes moleculares para covid-19. Esse trabalho em parceria rendeu análises para 15 mil testes e gerou conhecimento científico. Nós temos três publicações em revistas científicas internacionais com análises de dados desses testes, e esse trabalho continua”, lembrou a diretora do Nupem.

Por conta desse trabalho conjunto, a prefeitura construiu parcialmente o Laboratório Integrado de Doenças Emergentes e Negligenciadas e previu a sua expansão para o terreno que agora será doado ao Nupem. O instituto tem hoje 60 docentes, 40 técnicos e cerca de 500 alunos nos cursos de graduação e pós-graduação.



Grande Rio doa fantasias ao Museu Nacional da UFRJ

> Escola de samba forneceu sete indumentárias ao acervo do Laboratório de Antropologia do Lúdico e do Sagrado. Peças são do desfile de 2022, quando a agremiação foi campeã pela primeira vez

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Às vésperas da maior festa popular do mundo, o Museu Nacional recebeu um reforço na recomposição de seu acervo. A escola de samba Grande Rio, campeã do carnaval carioca do ano passado, doou ao Laboratório de Antropologia do Lúdico e do Sagrado (Ludens)

sete fantasias e um adereço de mão pertencentes ao desfile de 2022. As peças serão utilizadas em futuras exposições.

Coordenadora do Ludens, a professora Renata de Castro Menezes conta que o laboratório realiza pesquisas desde 2016 nas escolas de samba. A Mangueira foi a primeira agremiação a doar peças à instituição, mas os itens foram destruídos pelo incêndio de 2018. “É graças à

sensibilidade das pessoas do mundo do samba, que entendem a importância cultural do Carnaval e do Museu Nacional, que estamos reconstruindo esse acervo”, festeja Renata Menezes.

A docente explica que o Ludens produz conhecimento sobre a sociedade contemporânea por meio das festas populares, daí a importância de ter um acervo que conte essa história. “Pode-se dizer que as fantasias

materializam ‘temas culturais e sociais’. Porém, elas também são o resultado de saberes e técnicas que transformam materiais diversos em peças de grande impacto sensorial”.

Alexander Kellner, diretor do Museu Nacional, destaca o apoio da sociedade civil na reconstrução da instituição. “Esta é uma doação que nos deixa muito honrados. A sociedade compreendeu que o museu é de

todos nós”, afirma. O docente conta que ainda no primeiro semestre deste ano será lançado o Centro de Visitação da instituição, na área doada pelo governo federal em outubro 2018. “Para que escolas e crianças sintam o gostinho de ter o Museu Nacional de volta”, antecipa Kellner.

Quem quiser ajudar com doações de peças para o acervo pode acessar o site <https://recompos.mn.ufrj.br/acervo>.





BEM-TE-VI,
facilmente
encontrado nas
cidades, tem
presença constante
no Valongo

Aves também são estrelas no Observatório do Valongo

> No jardim da unidade, professora e técnico registraram mais de 40 espécies de pássaros. Atividade deu origem a um catálogo especial produzido numa parceria entre CCMN, CLA e CCS

IGOR VIEIRA
comunica@adufrj.org.br

No Observatório do Valongo, não é necessário olhar pela lente de um poderoso telescópio para enxergar beleza no céu. Desde 2016, a professora Silvia Lorenz-Martins e o técnico Daniel Mello, adeptos da observação de pássaros, já registraram mais de 40 espécies no bucólico jardim da unidade.

A atividade culminou no Catálogo de Aves do Valongo, divulgado em dezembro, com 39 delas — uma parte desenhada por estudantes da Escola de Belas Artes. A publicação é fruto do projeto de extensão Voos, coordenado pela decana do CCMN, Cassia Turci, e ligado ao Laboratório de Representação Científica (LaRC). Com participação de professores e alunos do CCMN, do CCS e do CLA, a iniciativa busca conectar arte e ciência.

A professora Silvia explicou a motivação para o projeto com brilho nos olhos. “A gente naturalmente se interessa pela natureza. Em 2019, eu e Daniel tínhamos o catálogo pré-pronto. Na pandemia, os alunos da EBA, com base em nosso acervo, assistiram a palestras e aulas online sobre aves e desenho científico”. O catálogo também conta com informações sobre as espécies.

O Voos é ambicioso e está abrindo as asas. Os próximos passos são um catálogo das aves do Fundão, uma exposição na Semana de Integração Acadêmica (SIAC), a impressão de uma asa articulada em 3D para estudo, livros infantis para colorir, e até mesmo um site com a imagem e o



GUARACAVAL

SILVIA LORENZ-MARTINS



TEQUE-TEQUE

FLAVIA FONTES



**GAVIÃO
CARIJÓ**

SUELLEN RODRIGUES MARTINS

canto dos pássaros. O céu é o limite.

“Para se ter uma ideia, são 180 espécies de aves no Jardim Botânico, e mais de 200 no Fundão. Queremos que as pessoas saibam da nossa riqueza em biodiversidade, e mostrar o que cerca quem está na UFRJ, a beleza das aves e onde observá-las”, diz a professora. “Com isso, você valoriza a natureza, o meio ambiente, a vida”, completa.

O astrônomo Daniel se orgulha do Valongo. “O Observatório é promotor da astronomia e da ciência. Agora, com o catálogo, ele é colocado como uma área verde urbana de suma importância, a única

do Morro da Conceição e uma das poucas do centro do Rio”, afirma, no jardim que foi cultivado de forma voluntária e coletiva pela comunidade do observatório, ao longo dos anos.

“O catálogo serve como guia deste hobby. Quem se interessar vem aqui e já sabe onde procurar, quais os hábitos dos pássaros, o que comem e em que estação”, explica o astrônomo. Daniel lembra que o Brasil é o segundo país com maior biodiversidade de aves — só fica atrás da Colômbia. “A observação se popularizou há ‘apenas’ dez anos no Brasil. O catálogo então se soma aos materiais em

português”.

Criada durante os tempos difíceis da pandemia, a publicação também serviu para animar os participantes. A extensionista Flávia Fontes, da EBA, que fez o desenho do Teque-Teque e da Cambacica, relatou sua experiência. “Eu ia para faculdade no período integral. De repente veio o confinamento, tudo parou, a vida estava vazia. O projeto me ajudou porque foi constante, desde 2020, com palestras, produção, e interação. A partir delas e das fotografias, fizemos os desenhos”.

Flavia valoriza o conhecimento aprendido com fotógrafos, biólogos, taxidermistas e ornitólogos, além de apaixonados pelas aves em geral. “Muita gente sabe de aves sem ser necessariamente dessa área. É bom saber que as pessoas se interessam”.

CIÊNCIA CIDADÃ

Com o trabalho, a professora Silvia também ajuda a promover a chamada “ciência cidadã”. Em fóruns de discussão online, os aficionados postam fotos das aves e áudios dos cantos, de forma organizada, com etiquetas e marcadores. A informação, gerada de forma voluntária, ajuda pesquisadores e cientistas. “As pessoas registram a foto com informações como e onde a foto foi tirada, data, idade e sexo. Isso é ciência cidadã, é importante”, afirma.

Silvia brinca ao ser indagada se a sua formação como astrônoma ajuda na observação de aves. “Estou acostumada a olhar para cima (risos). Mas não tem muito a ver, exceto que a câmera que uso para tirar foto do céu, também tiro dos pássaros”, conclui.